

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

## Exército começa a preparar seu "lobby"

por Helena Daltro  
de Brasília

As Forças Armadas vão agir politicamente junto à Comissão de Estudos Constitucionais e ao Congresso Nacional para conservar, na Constituição, o papel que lhes atribui a atual Constituição, ou seja de manter a lei e a ordem interna no País, afirmaram ontem os ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), José Maria do Amaral.

Na Comissão de Estudos Constituintes, presidida pelo jurista Afonso Arinos, as Forças Armadas vão continuar dialogando mediante um grupo constituído por representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, designado a convencer os membros da comissão de que não deve ser modificado o papel que os militares exercem há um século, afirmou Amaral.

No Congresso, o "lobby" dos militares para preservar suas atribuições será feito pelos assessores parlamentares dos quatro ministérios, em contato permanente com os líderes dos partidos. "Os assessores parlamentares são nossos interlocutores diretos com os parlamentares", disse Octávio Moreira Lima.

Para o ministro do Exército, Leônidas Gonçalves, "as Forças Armadas nunca foram intrusas na história do Brasil, mas intérpretes e instrumentos da vontade nacional". Por esse motivo, observou, não há sentido em modificar o papel que as Forças Armadas vêm exercendo desde a primeira Constituição, de 1891: "É uma tradição histórica. As Forças Armadas devem permanecer guardiãs da ordem constitucional. Vamos trabalhar inteligentemente, politicamente, conversando e argumentando através da voz do bom senso", acrescentou.

Leônidas Gonçalves disse que a disposição dos mi-

litares é "trabalhar junto a cada constituinte, para fazer entender que seu papel é servir ao País". Por enquanto, segundo Moreira Lima, o que existem são debates e sugestões para que seja feita uma nova redação no artigo do anteprojeto da comissão que elabora a matéria constitucional.

O ministro da Aeronáutica qualifica de "questão semântica" a controvérsia que se instalou na Comissão de Estudos Constitucionais para a elaboração do artigo que trata do papel das Forças Armadas. Já o secretário da comissão, Prado, acha que o problema é mais político: "Isto é revanchismo, preconceito contra os militares". Ney Prado refere-se às duas principais modificações que foram feitas numa plenária da comissão.

Inicialmente, a comissão, com apoio de Prado, decidiu redigir o artigo constitucional atribuindo às Forças Armadas o papel de manter a lei e a ordem interna. Posteriormente, na plenária, alguns membros da comissão conseguiram derrubar tal atribuição. Eliminaram ainda a expressão "dentro dos termos da lei" na frase "as Forças Armadas estão subordinadas ao presidente da República dentro dos termos da lei".

Para o secretário da comissão, tirar do projeto essas expressões pode repercutir politicamente e criar problemas para o presidente José Sarney.

O ministro-chefe do EMFA acha difícil distinguir o que é problema externo e interno e exemplificou: "Quando há crise internacional do petróleo sobe o nosso preço da gasolina". O ministro do Exército concorda com a comissão constitucional de que está implícito no anteprojeto que as Forças Armadas devem manter a ordem interna, mas, como os outros ministros, prefere dar outra redação ao texto do anteprojeto.

12 JUN 1986